

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

DIREITO JUDICIÁRIO PENAL

PROGRAMA DE ENSINO

3.^a CADEIRA DO 5.^o ANO

APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1 9 6 1

3.^a CADEIRA DO 5.^o ANO

DIREITO JUDICIÁRIO PENAL

1. Conceito do Direito Judiciário Penal. Relações com os demais ramos do Direito e outras ciências. Fontes do Direito Judiciário Penal.
2. O Processo Penal e sua história. Breve história do Processo Penal brasileiro.
3. Sistema acusatório. Sistema inquisitório. Sistema misto. Processo Penal comparado.
4. Princípios fundamentais do processo. Interpretação da lei processual penal.
5. Aplicação da lei processual no tempo.
6. Aplicação da lei processual no espaço.
7. Da ação penal e seus caracteres.
8. Da ação pública. Da ação privada. Da ação mista. Da ação popular. Queixa. Denúncia. Portaria ou auto de procedimento *ex-officio*. Representação do ofendido. Requisição.
9. Do arquivamento. Da ação penal no crime complexo e da ação civil para efeito de reparação de dano

10. Inquérito policial. Identificação. Antropometria. Dactiloscopia. Poroscopia.
11. Da organização judiciária. Dos atos processuais.
12. Jurisdição e competência. Do conflito de jurisdição. Do conflito de competência. Do desaforamento.
13. Do Juiz.
14. Da sentença.
15. Do Ministério Público.
16. Do acusado e seu defensor. Da revelia. Da advocacia criminal.
17. Dos assistentes. Dos funcionários de Justiça. Peritos e intérpretes.
18. Das preliminares. Das questões prejudiciais. Das questões prévias.
19. Das exceções. Das incompatibilidades e dos impedimentos.
20. Da restituição das coisas apreendidas. Das medidas assecuratórias.
21. Da multa. Da prisão. Detenção, reclusão e prisão simples.
22. Da prisão em flagrante.

23. Da prisão preventiva. Da prisão administrativa. Da prisão disciplinar. Do sequestro de bens de indicia- dos por crimes de que resulta prejuízo para a Fa- zenda Pública.
24. Da Fiança. Refôrço, quebramento, cassação e liqui- dação da fiança.
25. Da liberdade provisória sem fiança. Da apresentação espontânea do acusado.
26. Do **habeas-corpus**.
27. Das citações, intimações e notificações.
28. Da prova.
29. Do exame do corpo de delito e das perícias em geral.
30. Da insanidade mental do acusado. Das investigações psiquiátricas.
31. Do interrogatório do acusado.
32. Da confissão e das perguntas ao ofendido.
33. Das testemunhas. Acareação.
34. Do reconhecimento de pessoas e coisas.
35. Dos documentos. Do incidente de falsidade.
36. Dos indícios. Das presunções.

37. Da busca e apreensão.
38. Procedimento oral, escrito e misto.
39. Do processo comum. Da instrução criminal.
40. Da instituição do júri. Processo dos crimes da competência do júri. Pronúncia, impronúncia, despronúncia, absolvição sumária.
41. Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular.
42. Dos processos especiais. Do processo e do julgamento dos crimes falimentares.
43. Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.
44. Processo nos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular.
45. Processo dos crimes de imprensa.
46. Do processo dos crimes contra a propriedade imaterial. Processo dos crimes contra a economia popular.
47. Do processo sumário. Processo das contravenções e dos crimes punidos com pena de detenção.
48. Dos crimes de responsabilidade e respectivo processo de julgamento.

49. Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso. Do requerimento inicial. Da restauração de autos extraviados ou destruídos.
50. Processos de competência do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Recursos e dos Tribunais de Justiça.
51. Processo no juízo de menores.
52. Processo das infrações eleitorais e das previstas na Lei de Segurança Nacional. Processo dos crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais. Processo na Justiça Militar.
53. Das nulidades.
54. Dos recursos criminais. Dos recursos em sentido estrito.
55. Da apelação. Do protesto por novo júri. Dos embargos. Do agravo. Da revisão. Do recurso extraordinário. Da carta testemunhável.
56. Da execução das penas em espécie.
57. Da execução das medidas de segurança.
58. Da suspensão condicional da pena.
59. Do livramento condicional.
60. Da extinção da ação penal. Exercícios

Faculdade de Direito da Universidade do RECIFE,
janeiro de 1961.

Prof. Evandro Muniz Netto
Catedrático.



Imprensa Universitária